

futuribles

em português

Número 1 • Agosto 2018

Como iremos trabalhar amanhã?
Cinco tendências fortes da evolução do trabalho

A revolução ocultada
O papel dos fatores imateriais

Três chaves para reinventar a política

Visões políticas e desafios civilizacionais
O exemplo das políticas locais

Os potenciais da bioeconomia
Da fotossíntese à indústria, da inovação aos mercados

A saúde no horizonte 2030-2050
Algumas tendências fortes do século XXI

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN



futuribles

em português

CONSELHO EDITORIAL

Bernardo Sorj

Jean-Francois Soupizet

Sergio Fausto

TRADUÇÃO

Dorotheé de Bruchard

REVISÃO TÉCNICA

Otávio Dias

DIAGRAMAÇÃO

Lilemes Comunicação

futuribles

em português

Número 1 • Agosto 2018

Apresentação	05
Introdução	07
Como iremos trabalhar amanhã? Cinco tendências fortes da evolução do trabalho <i>Martin Richer</i>	09
A revolução ocultada O papel dos fatores imateriais <i>André-Yves Portnoff</i>	33
Três chaves para reinventar a política <i>Patrick Viveret</i>	39
Visões políticas e desafios civilizacionais O exemplo das políticas locais <i>Jean Haëntjens</i>	51
Os potenciais da bioeconomia Da fotossíntese à indústria, da inovação aos mercados <i>Claude Roy</i>	65
A saúde no horizonte 2030-2050 Algumas tendências fortes do século XXI <i>Louis-Charles Viossat</i>	80

Versão eletrônica disponível gratuitamente em:
<http://www.plataformademocratica.org/publicacoes>

Apresentação

Por que lançar uma revista sobre as grandes tendências (tecnológicas, econômicas, geopolíticas, demográficas e climáticas, entre outras) que o Brasil e o mundo deverão enfrentar no futuro? Em primeiro lugar, porque os seus efeitos já fazem parte do presente. Basta pensar nos impactos que a robotização e a inteligência artificial vêm provocando na produção, na prestação de serviços e no mercado de trabalho. Em segundo lugar, porque já está mais do que na hora de o Brasil (governo, sociedade, empresários, intelectuais, etc.) exercitar com mais frequência a reflexão sobre o longo prazo. Não uma reflexão especulativa, mas baseada em informações, análises e projeções bem fundamentadas.

Os problemas de curto prazo têm consumido grande parte da nossa energia intelectual e política. Enquanto isso, o mundo vive transformações de longo alcance e grande profundidade. Para agir adequadamente, governos, empresas, ONGs e cidadãos precisam dispor de bússolas que lhes permitam melhor se orientar em meio às incertezas geradas pelas transformações em andamento. Ninguém tem o mapa exato do futuro. Aumentar a nossa capacidade – como “comunidade nacional” – de vislumbrar antecipadamente parte do que nos reserva um futuro ainda em aberto é fundamental para que possamos melhor navegar correntes de mudanças que são globais, aproveitando as oportunidades que acarretam e reduzindo os riscos que lhes são inerentes. Isso exige diálogo interdisciplinar e inter-setorial, dentro do Brasil e do Brasil com o mundo.

Promover esse diálogo é o objetivo da revista eletrônica **Futuribles em Português**, uma iniciativa de Plataforma Democrática, projeto que a Fundação Fernando Henrique Cardoso realiza em parceria com o Centro Edelstein de Pesquisas Sociais há mais de dez anos (www.plataformademocratica.org). A publicação se dirige a todas as pessoas que compreendem ou venham a compreender a importância de um país estar atento às grandes tendências globais, não para se submeter passivamente a elas, mas para se adaptar criativamente às mudanças quer pela absorção inteligente de inovações institucionais, tecnológicas e sociais produzidas no exterior, quer pela produção de respostas próprias aos riscos e oportunidades associados àquelas tendências.

A revista resulta de uma parceria com a publicação francesa **Futuribles** (fusão das palavras “futuros” e “possíveis”), editada pelo centro de pesquisa homônimo. A versão em português conterà uma seleção de artigos publicados originalmente na revista francesa, de início com periodicidade anual. No futuro, passará a incluir textos de autores brasileiros.

Este primeiro número traz seis artigos sobre temas atuais e inter-relacionados: o futuro do trabalho na era digital (5 tendências); o papel dos fatores imateriais na produtividade, a reinvenção da política (a partir de três chaves); o déficit de visão política e o exemplo de políticas locais adotadas por algumas cidades; os potenciais da bioeconomia em um planeta superpovoado e com recursos finitos; e, por fim, o horizonte da saúde entre 2030-2050 (3 tendências).

Agradecemos de antemão comentários sobre o conteúdo dos artigos e sobre os temas abordados. Sugestões temáticas para futuras edições são bem-vindas.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Diretores de Plataforma Democrática

Futuribles

Futuribles é uma contração de “futuros” [*futurs*] e “possíveis” [*possibles*]. Foi o termo escolhido por Bertrand de Jouvenel, há quase 60 anos, para designar um comitê internacional cujos membros receavam que os governos carecessem de reflexões sobre o futuro, ou que detivessem seu monopólio, um monopólio capaz de prejudicar o bom funcionamento da democracia e o indispensável debate público sobre o que poderia advir e sobre o que poderia ser feito.

Essa iniciativa foi seguida, em 1967, pela criação da “Futuribles International”, uma associação cuja principal atividade, especialmente a partir de 1973, tem sido a de conduzir um permanente trabalho de análise, resolutamente prospectiva e pluridisciplinar, sobre as tendências fortes e emergentes, os fatores de continuidades, descontinuidades, ou mesmo rupturas, passíveis de impactar significativamente o futuro a longo prazo. Partindo dessas raízes do futuro, Futuribles International tem a missão de explorar o que pode advir (os futuros possíveis), identificar os principais problemas de médio e longo prazo, refletir sobre as políticas públicas e as estratégias das organizações a fim de responder a esses desafios do futuro (promover futuros desejáveis).

O objetivo da Futuribles International é, em suma, promover a antecipação a serviço da ação, a partir de duas ideias essenciais:

- sem uma atividade de vigilância e antecipação (exploração dos futuros possíveis), há o risco de os decisores se verem eternamente acuados a administrar as urgências, e dispendo, em tais circunstâncias, de pouquíssima liberdade de ação e decisão.
- o exercício do poder, e portanto, a política e a estratégia, requerem um mínimo de visões a longo prazo que possam dar sentido e coerência às ações coletivas.

Mas, se a intenção da Futuribles sempre foi a de militar por uma maior consideração do longo prazo nas tomadas de decisão, sempre foi também a de procurar desenvolver métodos que permitissem, sem matar a criatividade, im-

primir um mínimo de rigor a uma iniciativa que exige mobilizar especialistas de diferentes disciplinas (e também, eventualmente, saberes “profanos”).

A revista *Futuribles*, fundada em 1975 por Hugues de Jouvenel, visa, em primeiro lugar, sensibilizar nossos contemporâneos para os grandes desafios do futuro: o desenvolvimento sustentável, e portanto, a energia e as mudanças climáticas; o desenvolvimento econômico, inclusive com restrição de recursos naturais; o desenvolvimento social, e também, portanto, os problemas de coesão social, os avanços das ciências e das técnicas, sua difusão e seu uso, a evolução das formas de governo, etc. Mais ambiciosamente ainda, a revista visa a desenvolver em seus leitores uma postura de ator face a um futuro que, não estando predeterminado, permanece essencialmente por inventar e construir.

A associação *Futuribles International* foi sucessivamente presidida por Bertrand de Jouvenel, Pierre Massé, Pierre Piganiol, Philippe de Seynes, Mahdi Elmandra, Jacques Lesourne et Hugues de Jouvenel.

Sediada em Paris, sua equipe permanente conta com cerca de doze pessoas e uma rede de cerca de cinquenta conselheiros científicos estreitamente envolvidos com o conjunto de suas atividades. Atua, além disso, em parceria com numerosas instituições que, no mundo inteiro, são movidas por preocupações similares ■

Visões políticas e desafios civilizacionais

O exemplo das políticas locais

JEAN HAËNTJENS¹

O tema da falta de compreensão, por parte dos políticos e dos partidos, em relação às profundas mudanças sociais, culturais, econômicas, tecnológicas e ambientais em curso é recorrente nas principais democracias do mundo, tanto do mundo desenvolvido como em desenvolvimento. O que propõem em termos de visões de médio-longo prazo aos cidadãos de seus respectivos países? Quais os motivos desse déficit de visão política e como superá-lo ou remediá-lo? Neste artigo, o economista e urbanista Jean Haëntjens nos oferece sua análise, pautada nos ensinamentos a serem tirados das políticas locais.

*Depois de apontar os muitos desafios civilizacionais com que têm se defrontado as sociedades, particularmente as europeias e ocidentais, e aos quais seus dirigentes são chamados a responder, Jean Haëntjens mostra de que modo, em escala local, algumas cidades e territórios se colocaram na contramão do paradigma dominante do desenvolvimento a qualquer custo e propuseram novos modelos civilizacionais. Agindo concretamente, de concerto e em coprodução entre políticos e atores de todos os espectros, esses territórios desenvolveram iniciativas em matéria cultural, ecológica, de mobilidade, etc., que oferecem a seus habitantes novas visões de futuro, assentadas em outros valores. Esses novos modelos políticos, que encontramos em diversos países europeus, constituem uma primeira base passível de inspirar a União Europeia na busca de um modelo civilizacional sintonizado com as exigências atuais (aquecimento global, transição, respeito aos direitos e liberdades humanas...), isso se os dirigentes políticos de seus Estados membros estiverem aptos a abordá-las coletivamente... **S.D. ■***

1. Economista e urbanista, diretor do Urbatopie (consultoria em estratégias urbanas) e conselheiro científico da Futuribles International.

O déficit de visão frequentemente criticado nos responsáveis políticos nacionais decerto não é alheio ao recente deslocamento das questões políticas para terrenos que não são apenas econômicos e sociais, e sim, cada vez mais, culturais e civilizacionais. “Nossa luta é hoje muito mais ampla. É cultural, ou mesmo civilizacional”, disse o jovem presidente francês Emmanuel Macron², em entrevista anterior à sua eleição, ao passo que alguns de seus colegas citam a “política de civilização” de Edgar Morin³. Impõe-se como uma prioridade a formulação de novas visões que levem em conta esses desafios. Mas em que bases essas visões poderiam se reinventar? O exemplo de algumas políticas locais, já implementadas com sucesso nos campos cultural e civilizacional, oferece algumas respostas iniciais.

O avultamento dos desafios civilizacionais

De uns anos para cá, com efeito, os desafios civilizacionais têm aparecido em todas as esferas do jogo político, da vida de bairro à geopolítica planetária, e não envolvem apenas a questão, complexa, das relações entre o Islã e as democracias ocidentais.

As ambições imperiais ascendentes – norte-americanas, russas, chinesas ou neo-otomanas – sustentam-se explicitamente nesses propósitos civilizacionais⁴. De uns anos para cá, os maiores países do globo (China, Índia, Brasil, Japão, Rússia...) têm percebido a importância econômica e estratégica do *soft power* e tratado de desenvolver indústrias culturais aptas a resistir à dominação das líderes norte-americanas da indústria do *entertainment*⁵. Alguns, como a Índia ou a Rússia, estão inclusive reinventando para si uma nova narrativa histórica e uma identidade.

2. Entrevista à *Le Point*, 22 de novembro de 2016.

3. Morin, Edgar. *Pour une politique de civilisation*. Paris: Arléa, 2002 (1997).

4. Ver, notadamente, o relatório *Le Monde en 2030 vu par la CIA* (Paris: éditions des Équateurs, 2013) — tradução francesa de: *Global Trends 2030: Alternative Worlds*. Washington, D.C.: NIC (National Intelligence Council), dezembro de 2012. Ver igualmente o discurso do presidente turco, Recep Tayyip Erdoğan em Estambul, 12 de outubro de 2015.

5. Martel, Frédéric. *Mainstream. Enquête sur cette culture qui plaît à tout le monde*. Paris: Flammarion, 2010.

O Brexit e os movimentos regionalistas (escocês, catalão, basco ou valão) procedem igualmente de lógicas culturais que extrapolam o âmbito econômico ou social. Tais movimentos dificilmente podem se explicar por um simples “medo do outro”. Eles também assinalam certo distanciamento em relação a um modo de vida globalizado e, em parte, imposto por um sistema econômico dominante.

A capacidade de empreender e inovar também depende, por sua vez, de fatores culturais. O Silicon Valley, referência absoluta na criação de valores, não deve seu insolente sucesso somente à concentração de competências tecnológicas no entorno de Stanford e Palo Alto; deve-o também ao aporte criativo de uma contracultura, hippie e libertária, que cumpriu um papel decisivo na invenção da microinformática dos anos 1980 e continua, sob outras formas, a alimentar a cultura *geek*⁶. Os sucessos empresariais do Silicon Valley, aliás, têm se mostrado cada vez mais culturais. O que faz a força de empresas como Amazon, Facebook, Uber ou Airbnb não é uma importante inovação tecnológica, e sim, uma especial capacidade de compreender ou promover novas práticas socioculturais como o e-comércio, a sociabilidade digital e o compartilhamento de bens, serviços e recursos.

O próprio modelo ocidental, fortemente inspirado no “*american way of life*”, vem sendo questionado por sua incompatibilidade com os recursos do planeta. Está fragilizado, além disso, em muitos de seus principais alicerces, como a solidez ética, a promessa de equidade social ou o próprio funcionamento da democracia. A liderança do Ocidente, em especial dos Estados Unidos, já não é mais aceita por uma maioria de nações. A tese segundo a qual todas as culturas deveriam convergir para um modelo único, fortemente inspirado pela civilização ocidental⁷ parece ser cada vez menos pertinente.

A noção de civilizações (no plural) deixou de ser um tabu. Intelectuais respeitados hoje se debruçam sobre questões de religião, identidade, culturas, fronteiras ou de narrativa coletiva. A grande mídia multiplica matérias e programas sobre civilizações esquecidas ou sobre culturas regionais. A questão

6. Haëntjens, Jean. *La Société soft*. Paris: Denoël, 1985.

7. Tese teorizada por Ronald Inglehart e Christian Welzel em *Modernization, Cultural Change, and Democracy: The Human Development Sequence*. Nova York: Cambridge University Press, 2005.

do declínio das civilizações é objeto de publicações com larga penetração na opinião pública⁸.

“Nossa luta é hoje muito mais ampla. É cultural, ou mesmo civilizacional.” As palavras estão lançadas, um pouco como balões de ensaio. Mas, embora traduzam certa tomada de consciência, esbarram rapidamente numa ambiguidade fundamental. De que estamos falando? De civilização no singular, esse estado superior de sociedade sonhado pelos filósofos das Luzes, ou de civilizações no plural, definidas como “conjunto dos caracteres próprios à vida intelectual, artística, moral, social e material de um país ou de uma sociedade”? A noção de civilização não é diretamente operatória. É imprecisa, de geometria muito variável. Por ser espontaneamente associada a categorias étnicas e religiosas, naturalmente vinculada à noção de choque⁹, pode dificilmente ser manejada sem risco.

Entretanto, o veloz avultamento dos desafios civilizacionais coloca os responsáveis políticos nacionais diante de uma temível escolha: continuar privilegiando uma “indispensável adaptação de seu país às leis da globalização”, ou ceder à tentação do recuo identitário ou nacionalista. Jean-Claude Guillebaud bem percebera esse diabólico dilema quando se referia, em 2008, a um “estreito caminho entre dois precipícios: de um lado, um universalismo desencarnado; de outro, uma identidade sempre tentada a se fechar sobre si mesma, garras à mostra¹⁰”.

As políticas civilizacionais das cidades e territórios

Poderiam algumas políticas locais ajudar os responsáveis políticos nacionais a traçar esse “caminho entre dois precipícios” (*chemin de crête, na versão original*)?

8. Diamond, Jared. *Collapse: How Societies Choose to Fail or Succeed*, Londres: Viking / Allen Lane, 2005 [Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso. Tradução de Alexandre Raposo. Rio de Janeiro: Record, 2005.]

9. Huntington, Samuel. “The Clash of Civilizations?”. *Foreign Affairs*, verão 1993 (*O Choque de Civilizações e a recomposição da ordem mundial. Tradução de M. H. C. Côrtes*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.)

10. Guillebaud, Jean-Claude. *Le Commencement d'un monde. Vers une modernité métisse*. Paris: Seuil, 2008.

A ideia de uma possível exemplaridade das políticas locais, defendida em diversas ocasiões por *Futuribles*¹¹, é hoje, em princípio, amplamente aceita¹². As qualidades políticas geralmente atribuídas aos poderes locais—ou a alguns deles — são sua proximidade, sua reatividade, sua capacidade de iniciativa e a transversalidade de suas abordagens. As cidades e territórios seriam, de certa forma, as PME da democracia.



Montreal, cidade criativa, digital e gay-friendly. © J.H.

Mas um exame mais atento das políticas conduzidas por cidades como Barcelona, Vancouver, Berlim, Copenhague, Amsterdã, Montreal e muitas outras (na França, Lyon, Bordeaux, Nantes...) mostra que o que constitui sua força é também sua capacidade de se desenvolverem simultaneamente e em todos os setores da vida em sociedade.

Essas cidades, não raro citadas em exemplo, fizeram da ação cultural uma alavanca essencial de suas estratégias políticas. De começo, utilizaram a cultura para afirmar sua imagem e reforçar sua atratividade residencial. Descobriram, ao longo do percurso, que a alavanca cultural também podia servir para desenvolver novas formas econômicas, tecer um laço social e aprimorar o funcionamento da democracia.

Apoiando-se em sua imagem cultural, inventaram novos modelos econômicos — economia residencial, turismo urbano, produção de energias renováveis, economia colaborativa ou circular — que lhes permitiram conciliar abertura para o mundo e afirmação de um ancoramento local.

A ação cultural extrapolou rapidamente o âmbito dos equipamentos emblemáticos para se tornar uma cultura urbana, colonizando o espaço públi-

11. Haëntjens, Jean. "Le retour des villes. Le city localism peut-il refonder une pensée politique?". *Futuribles*, n° 398, janeiro-fevereiro de 2014, p. 71-81.

12. Barber, Benjamin. *If Mayors Ruled the World: Dysfunctional Nations, Rising Cities*. New Haven: Yale University Press, 2013.



Agricultura urbana: uma GrowUp Box no bairro de Stratford, em Londres. © GrowUp Urban Farms.

co, os muros, os telhados, os transportes coletivos ou até mesmo, em Estocolmo, as estações de metrô. Essa cultura urbana, inserida no cotidiano, tornou-se paulatinamente uma “atitude cultural”. Fomentou ou ampliou diferentes sistemas de valores segundo as cidades, algumas dando mais ênfase à

ecologia, outras, à criatividade, outras à acolhida dos recém-chegados, outras à liberdade dos costumes, e outras ainda à combinação simultânea de vários desses valores.

Para melhorar a saúde de seus concidadãos, os responsáveis políticos dessas cidades se interessaram pelos modos de vida (esporte, caminhada, bicicleta) e pelos setores alimentares, às vezes levando seu empenho bastante longe (abastecimento das cantinas escolares em circuito curto, cultivos orgânicos, fazendas urbanas). Projetaram elevadas ambições ecológicas e procuraram tecer novas cumplicidades com seu meio ambiente. Fizeram do retorno à geografia um eixo de suas estratégias.

Acompanharam a veloz evolução das estruturas familiares (famílias reconstituídas, monoparentais, homoparentais, intergeracionais) propondo ofertas imobiliárias e serviços adaptados.

Algumas cidades apostaram na evolução dos códigos amorosos, defendendo a paridade entre os sexos ou se posicionando como *gay friendly*¹³. A primeira *Gay Pride*, autorizada em Nova York em 1970, antecedeu em 30 anos o reconhecimento do casamento homossexual pelos Países Baixos, e em seguida por outros países.

Outras financiaram locais de culto e envolveram as autoridades religiosas de diferentes confissões na implementação de projetos urbanos. Também pro-

13. Lançados em 1982 em San Francisco, os *Gay Games* (Jogos Olímpicos Gay) se realizaram posteriormente em Vancouver, Nova York, Sidney, Amsterdã, Chicago, Colônia e Cleveland. Reúnem, em média, 10 mil participantes.

curaram projetar valores, climas ou “espíritos” que lhes eram próprios. Desenvolveram projetos urbanos emblemáticos que, em alguns casos, assumiram a dimensão de legítimos manifestos sociais e culturais.

Essas políticas locais se interessaram assim paulatinamente pela cultura em sua mais ampla acepção, isto é, “o conjunto dos conhecimentos, dos saberes, das tradições, dos costumes próprios a um grupo humano, a uma civilização”. Não se limitaram a investir em todos os campos utilizados pelos historiadores para caracterizar uma civilização¹⁴. Investiram em coerência com um propósito, com uma ambição particular.

Os dirigentes desses municípios compreenderam que o destino de sua cidade não dependia apenas de seu produto interno bruto (PIB), mas de uma vantagem cultural e de valores partilhados; e que esses valores não podiam ser apenas afirmados através de discursos, precisavam ser tocados, cheirados, mastigados e vividos no cotidiano.

Conseguiram, além disso, envolver diferentes categorias de atores – empresas, universitários, artistas, líderes comunitários, professores e, é claro, cidadãos – em torno de projetos culturais ou ecológicos. Não consideraram esses atores como simples eleitores ou contribuintes, mas como coprodutores de seus projetos.

Em suma, suas políticas podem ser qualificadas de civilizacionais tanto pelas finalidades a que se propõem, como pelas áreas nas quais investem e pelos atores que mobilizam. Elas mostram que é possível conciliar abertura para o mundo e afirmação de uma especificidade cultural; mas também mostram que o desvio pelo cultural às vezes permite, como em Bilbao, fazer face a desafios econômicos e sociais a que as abordagens diretas não conseguem responder.

São “civilizadas”, além disso, em sua abordagem das relações internacionais. Embora assumam plenamente o fato de sua cidade estar em concorrência com outras, os prefeitos veem essa concorrência mais como uma “coopetição” (cooperação + competição) do que como uma guerra ou um choque¹⁵. Eles teceram redes diplomáticas (como o C40 Cities, Eurocités, Energy Cities, United Cities and Local Governments) que cumpriram um papel muito positivo em

14. Ver, notadamente, Braudel, Fernand. *Grammaire des civilisations*. Paris: Arthaud, 1987 (1963).

15. Ver Collomb, Gérard (entrevista a Jean Haëntjens). “Les villes européennes en coopération”. *Futuribles*, nº 354, julho-agosto de 2009, p. 19-32.

conferências internacionais como a COP21 (21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima).

Do paradigma do desenvolvimento ao “modelo civilizacional”

Pode-se objetar, com razão, que os modelos de sociedade propostos por essas cidades, muitas delas metrópoles, não são diretamente transferíveis à escala de Estados ou nações. Seu alcance efetivamente deixa de lado territórios periféricos, cidades médias e bairros que constituem zonas de fragilidade e exclusão; territórios em que a rejeição da globalização tende a se radicalizar, por razões tanto econômicas quanto culturais.

Entretanto, o interesse dessas políticas locais citadas como exemplo reside em sua capacidade de conciliar abertura para o mundo e diversidade. Embora todas essas cidades acolham a mesma classe criativa “burguês boêmio”, exploram, cada uma delas, distintas direções. Não se vive nem se pensa da mesma forma em Vancouver, San Francisco, Estocolmo, Berlim, Hamburgo ou Lyon. Além dessas metrópoles, há também cidades menores que, isoladamente ou



Granville Island, em Vancouver, cidade do *living first*. © J.H.

em rede (Villes en transition, Città Slow), exploram outros modelos. Essa diversidade poderia ajudar os responsáveis políticos nacionais a imaginar outros futuros que não o de um alinhamento, pouco motivador, de todas as sociedades com as normas internacionais (econômicas, orçamentárias, técnicas, ecológicas, jurídicas, digitais ou arquitetônicas).

Um outro aporte dessas políticas, e o mais importante, é de ordem conceitual. Elas demonstram que é possível pensar a política fora do “paradigma do desenvolvimento”, hoje dominante, segundo o qual:

- todas as sociedades seriam levadas a convergir para um mesmo modelo cultural e um mesmo apetite de democracia¹⁶;
- o desenvolvimento econômico e técnico, motor dessa convergência, seria prioridade absoluta da ação política.

Elas mostram, de um lado, que os conceitos fundadores dessa ideologia do desenvolvimento (a economia de mercado, a democracia) são menos sólidos do que se teria pensado, e podem assumir, segundo os contextos locais, conteúdos muito diferentes. É o que ocorre com o capitalismo, que vem se reinventando em inúmeras formas localizadas (economia colaborativa, economia circular, *crowdfunding*...). É o que ocorre também com a democracia que, embora recuando em vários países, tem se regenerado através de diferentes abordagens em escala local.

Para os responsáveis políticos dessas cidades, o desenvolvimento não se avalia apenas pelo acúmulo de riquezas e conhecimentos, envolve também escolhas como a cultura, o urbanismo ou a relação com o meio ambiente. Berlim, quando logra atrair pessoas criativas, além de empresas, proclamando-se “pobre, mas sexy”, está propondo um modelo diferente do de Londres, que enfatiza o montante do seu PIB. Essas cidades propõem conteúdos para conceitos que, de modo geral, não se sabe bem definir, como desenvolvimento sustentável ou bem comum. As respostas ao desafio do aquecimento climático em Lausanne são diferentes das de Amsterdã, quer se trate dos sistemas de mobilidade, dos sistemas energéticos ou da evolução dos modos de vida. O mesmo se dá com o papel assumido pelo espaço público e pelas paisagens, componentes evidentes do bem comum.



Berlim, cidade pobre, mas atrativa. © J.H.

Essas políticas locais emblemáticas propõem, enfim, uma noção relativamente nova para o pensamento político, que é a de modelo. Por trás dessa noção,

16. Inglehart, Ronald; Welzel, Christian, *op. cit.*

há a ideia de que o que faz a força de uma sociedade não são somente as boas notas que ela possa obter numa classificação internacional ou num índice de desenvolvimento humano; é a coerência de suas escolhas, é a sua dinâmica, sua atratividade, sua personalidade, sua ambição. É a sua capacidade de ser “*the place to be*”, mas, também, “*the place to live in*”.

Em suma, elas raciocinam mais em termos de “modelo cultural” do que de desempenho. O que lhes interessa é o que podem levar à “mesa de discussão” das sociedades¹⁷. Seus prefeitos, ao expressarem sua ambição, nunca empregam o termo “civilização”. Preferem falar em modelo. Um modelo é algo que é, ao mesmo tempo, original, único e passível de ser copiado. É evolutivo. Pode também ser melhorado copiando os demais. À diferença de uma civilização, um modelo não precisa ser de grande escala ou de longuíssima duração. Pode se aplicar a sociedades de todos os tamanhos – um bairro, uma cidade, um grupo social, uma região. Pode se renovar a cada geração, ou a cada década. Não é prisioneiro de um passado ou de uma identidade tida como intangível.

A chance da Europa

O avultamento das questões civilizacionais constitui, para a Europa, uma oportunidade de que poucos dirigentes têm avaliado a importância. O que parece dominar hoje em dia é antes a perspectiva inversa, a do “declínio da velha Europa”. “As grandes potências econômicas do mundo estão apostando na fragilidade europeia”, resume Dominique de Villepin¹⁸.

Os países europeus, no entanto, estão adiantados em relação ao resto do mundo na maioria dos campos civilizacionais. Ocupam as primeiras posições nos principais indicadores utilizados para avaliar o nível civilizacional (Índice de Desenvolvimento Humano, da Organização das Nações Unidas, e Índice de Qualidade de Vida, da OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico¹⁹). Na classificação Mercer, referência no quesito qualidade de vida

17. No original: “*tour de table*”. (N. T.). Sobre a noção de “*tour de table*”, ver Viard, Jean. *Le Moment est venu de penser à l'avenir*. La Tour d'Aigues: éd. de l'Aube, 2016.

18. Villepin, Dominique de. *Mémoire de paix pour temps de guerre*. Paris: Grasset, 2016.

19. Ver Durand, Martine. “L'Initiative du vivre mieux de l'OCDE. Mesurer ce qui compte pour les citoyens et la société”. *Futuribles*, nº 412, maio-junho de 2016, p. 5-24.

urbana, a Europa conta sete cidades entre as dez primeiras. A pegada ecológica dos europeus é duas vezes menor que a dos norte-americanos, para níveis de vida sensivelmente equivalentes. Em suma, a Europa possui uma vantagem confortável em praticamente todos os compartimentos do “jogo das sociedades”. Nela se vive melhor e mais tempo, se governa melhor, se vota melhor, se está em mais segurança, se tem mais saúde do que em qualquer outra parte do mundo.

Na prova escrita de um concurso civilizacional, o candidato Europa tiraria as melhores notas. O problema é a prova oral: quando se trata de expressar sua visão de sociedade desejável, quando se trata de dar sentido, ele (o candidato) se põe a gaguejar, ou então fica nas generalidades. É incapaz de formular ambições civilizacionais tangíveis e concretas. Ora, o exemplo das políticas locais mostra que um modelo convincente não se compõe apenas de boas pontuações e boas intenções. É um espírito, uma ambição singular, uma energia que também precisa ser tocada, respirada, vivida no cotidiano.

Por terem ignorado essa dimensão, os dirigentes europeus passaram, em parte, ao largo da história, explica Hubert Védrine²⁰. E cita a Carta de Copenhague (1973) que define a identidade europeia pelo respeito aos “princípios da democracia representativa, do império da lei, da justiça social – finalidade do progresso econômico – e aos direitos humanos²¹”. É, de fato, bastante genérico. Na origem dessa “cautela cultural”, ele enxerga várias causas: o economismo, o universalismo (crença do advento de uma civilização universal), o irenismo (vontade de acreditar numa história pós-trágica) e um remanescente de culpa pós-colonial que então levava os europeus a manter um perfil baixo na frente cultural.

Tomar em conta a dimensão cultural da construção europeia significa se interessar pelas razões que permitiram à civilização do Velho Continente assumir vantagem sobre as demais a partir dos anos 1500. Entre essas muitas razões (sobre as quais os historiadores não terminaram de debater), a ausência de uma unidade política parece ter cumprido um papel até positivo. A Europa é o império impossível, lembra Fernand Braudel. Enquanto os impérios chinês, árabe ou otomano, mais avançados técnica e culturalmente, logravam controlar imensos territórios através de administrações fortes e estruturadas, a Euro-

20. Védrine, Hubert. *Continuer l'Histoire*. Paris: Flammarion, 2008.

21. Declaração de Copenhague sobre a identidade europeia, 1973.

pa criava para si uma perpétua instabilidade política, social e cultural. O caso da imprensa, invenção estratégica entre todas, ilustra bem esse processo.

Surgida na Alemanha (onde o sucesso comercial não se faz presente), a imprensa é desenvolvida na Itália (particularmente em Veneza) e na França, antes de se difundir por toda a Europa. Em 1515, enquanto as prensas europeias funcionam a pleno vapor, permitindo que os humanistas redescobrissem os filósofos gregos, o sultão otomano Selim, o Terrível publica um decreto punindo de morte todo indivíduo que lide com tipografia (decreto esse que permaneceria em vigor até o início do século XVIII²²). Quando, por volta de 1560, a Inquisição queima os livros dos humanistas em Veneza, as cidades do Norte, protegidas pela Reforma, assumem o revezamento. Iriam imprimir, na sequência, um bom número de autores franceses, não raro em conflito com a censura régia. Nesse exuberante jogo civilizacional, as Igrejas, as ordens monásticas, as sociedades de cortes, as universidades, as burguesias urbanas, as companhias comerciais, os artistas, os intelectuais, os povos e suas tradições tocaram cada qual sua partitura, não raro driblando autoridades e fronteiras.

Aos que sonham em ressuscitar um império carolíngio unificado, Dominique de Villepin lembra que o modelo político histórico da Europa seria antes o Santo Império Romano-Germânico: um conglomerado improvável de Estados e Cidades-estados compensando uma fragilidade política endêmica com uma excepcional criatividade cultural.

O que significaria uma construção política europeia que afirmasse uma ambição civilizacional voltada para o futuro? Caberá aos europeus decidirem, é claro. No que tange ao método político, no entanto, eles poderão se inspirar em algumas referências ricas em ensinamentos. Pensemos no brilho excepcional da República de Veneza, já evocado nas colunas da *Futuribles*²³. Citemos a França, esse Estado-nação que precisou incessantemente afirmar uma “vantagem cultural” a fim de assegurar sua unidade política. De Francisco I, que fixou a língua francesa em 1539, ao general de Gaulle – passando por Luís XIV, os iluministas e Jules Ferry –, essa obsessão nunca a abandonou. Hoje, outros exemplos podem ser buscados nos países escandinavos, que souberam

22. Barbero, Alessandro. *Le Divan d'Istanbul. Brève histoire de l'Empire ottoman*. Paris: Payot, 2013.

23. Portnoff, Arlette; Portnoff, André-Yves. “Comment une terre devient créative. Une leçon vénitienne”. *Futuribles*, nº 414, setembro-outubro de 2016, p. 17-26.

construir uma ambição ecológica forte apoiando-se em sua tradição cultural. Souberam também, melhor que outros, usar o sistema fiscal para inflectir os comportamentos, notadamente nesses setores chave que são a energia, a mobilidade urbana e a alimentação. Eles abrem perspectivas, sem dúvida, para um “sistema fiscal civilizacional” ainda por inventar.

A era das políticas civilizacionais de Estado certamente ficou no passado. As cumplicidades entre poder político e atores culturais não poderão mais ser verticais – nas democracias pelo menos –, mas poderiam ser horizontais. O político não pode mais decidir sobre as formas de civilização, mas pode cumprir um outro pa-



Bicicletas estacionadas em frente a uma estação de metrô no centro de Copenhague, cidade que visa ser “carbono zero” em 2025. © Eugenio Marongiu / Shutterstock – março 2016.

pel, como bem mostraram os prefeitos das cidades citadas como exemplo. Pode federar uma rede de atores movidos por uma mesma ambição societal, a ambição de propor um modelo “que se sustente” na mesa de discussão das sociedades. Não um modelo arrogante, pretendendo já de saída à universalidade, mas um modelo digno de interesse, porque coerente com um contexto, ao mesmo tempo que voltado para o futuro, aberto para o mundo, e propondo respostas para os grandes desafios que se colocam para a humanidade.

Conclusão

Esse artigo só faz sobrevoar uma questão passível de marcar duradouramente a vida política nos próximos anos: a substituição de um economismo-mundialismo cada vez mais contestado por abordagens abrangendo todos os registros civilizacionais.

Tal mudança de paradigma abre caminho tanto para o pior como para o melhor. O pior já está aí: é a cínica exploração dos temas identitários por parte de

líderes políticos carentes de ideias. É a ressurgência de impérios-civilizações fazendo exibição de força. É o retorno dos nacionalismos.

O melhor poderia ser o emprego metódico das alavancas civilizacionais – qualidade do quadro de vida, criatividade cultural, educação, relação com o meio-ambiente, estética – para fazer emergir modelos ecológica e socialmente responsáveis de sociedade. O melhor poderia ser o emprego dessas mesmas alavancas para transformar paulatinamente a competição – real e legítima – entre as sociedades num jogo festivo e criativo, em que o objetivo já não seria dominar o outro, e sim, surpreendê-lo, maravilhá-lo e aprender com ele ■

PLATAFORMA DEMOCRÁTICA

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN



Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EstadoDemocracia>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#MediosComunicacion>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EnsaioDemocracia>

Sociedade civil e democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CohesionSocial>

Bibliotecas virtuais:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca-sociedade>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#RecursosPesquisa>

